

Nada aprenderam, nada esqueceram

Rogério L. Furquim Werneck*

Ao tentar relevar sua desastrosa gestão das contas públicas, dando-lhe suposta perspectiva histórica, o governo vem omitindo o que importa e ressaltando o que lhe interessa.

É bem sabido que análises econômicas e políticas podem se tornar muito mais ricas e esclarecedoras quando se dá perspectiva histórica às questões em pauta. Mas o governo vem mostrando que continua incapaz de apelar para a História de forma não inviesada, porque segue entregue ao negacionismo quanto ao que ocorreu no catastrófico mandato e meio de Dilma Rousseff. No Planalto e no PT, esse continua a ser tema que, de preferência, não deve ser sequer mencionado. E quando o é, vem sempre revestido de relatos delirantes, sem aderência ao que efetivamente ocorreu entre 2011 e 2016 no País.

Não surpreende que isso venha levando a omissões grotescas como a que o presidente Lula se permitiu no seu pronunciamento à Nação em 28/7 do ano passado. “Quando terminei o segundo mandato, há 14 anos, a economia crescia mais de 4% ao ano. [...] De lá para cá, assistimos a uma enorme destruição no nosso país”. Estaria coberto de razão se tivesse reconhecido que a destruição adveio primordialmente do colossal descarrilamento da economia perpetrado por Dilma Rousseff, que ele próprio alçara à presidência da República.

Distorção mais recente decorrente do mesmo e incurável negacionismo, foi a que se viu na análise feita pelo ministro da Fazenda, ao tentar racionalizar seu desempenho na gestão das contas públicas, em entrevista concedida à CNN, em 17/1, disponível no YouTube. “Veja o que está acontecendo de 2015 para cá e o que aconteceu o ano passado [...] Chame qualquer especialista: 2015 a 2022, pegue a trajetória do déficit público e compare com o que nós estamos fazendo”. Quando se tenta dar perspectiva histórica a uma questão, a escolha do período já é metade da narrativa. Ao só se permitir voltar a 2015, e não a 2010, o ministro impediu a explicitação da essência do problema.

Em 2010, já havia 12 anos que, ao longo de três mandatos presidenciais, ano após ano, o governo vinha gerando superávits primários substanciais, em montante compatível com a manutenção do endividamento público sob controle. Dilma, de início, até manteve tal política. Mas depois chutou o pau da barraca. E atravessou a campanha presidencial de 2014 escondendo vergonhosamente do eleitorado, até a apuração do segundo turno, que o prometido superávit primário daquele ano havia de fato se transformado em déficit. No fim das contas, a dívida bruta como proporção do PIB saltou de 51,8%, em dezembro de 2010, para 69,3%, em agosto de 2016. Um descalabro.

O resto da história é bem conhecido: o penoso esforço de reconstrução empreendido pelo governo Temer, a emenda constitucional do teto de gastos como medida emergencial de recuperação de credibilidade, o governo Bolsonaro com todos seus problemas e, afinal, o novo governo Lula.

Mas, para efeito da discussão que aqui se trava, é importante salientar uma diferença crucial entres esses três governos. Tanto no governo Temer como no governo Bolsonaro, jamais se perdeu de vista que o objetivo central da condução da política fiscal deveria ser a restauração da geração de superávits primários compatíveis com a manutenção do endividamento público sob controle.

É espantoso que tal objetivo tenha sido ostensivamente abandonado no terceiro governo Lula, como bem comprovam as metas pífiyas, inconstantes e ilusionistas do Arcabouço Fiscal. De alguma forma, Lula entendeu que já estava acima do bem e do mal e que não tinha mais por que se deixar tolher por preocupações com o endividamento.

Pouco ou nada aprenderam com o governo Dilma. Voltaram a chutar o pau da barraca. E o que agora se prevê é que a dívida bruta salte de 72%, em dezembro de 2022, para pelo menos 86%, ao final do atual governo. Novo descalabro, menos de 10 anos após o anterior.

Sim, a recorrência é deprimente. Mas é disso que se trata.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.